

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2015

Prezados Senhores,

Sr. Aloizio Mercadante, Ministro da Casa Civil,

Sr. Miguel Rosseto, Secretário Geral da Presidência da República

Sr. Manoel Dias, Ministro do Trabalho e Emprego, e

Sr. Carlos Roberto Lupi, Presidente Nacional do Partido Democrático Trabalhista,

Assistimos nos últimos anos grandes avanços no Brasil no campo da Economia Solidária. Crescem e se espalham em todas as regiões experiências inovadoras protagonizadas por uma grande diversidade de atores sociais, gerando trabalho, renda e qualidade de vida para trabalhadores organizados no campo, nas cidades e nas florestas. São iniciativas econômicas que contribuem para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, orientado para a justiça socioambiental, a democracia econômica e o direito à alimentação adequada.

Destaque-se a existência de dezenas de milhares de empreendimentos e iniciativas de Economia Solidária e Agroecologia que, especialmente quando articuladas e organizadas em redes e circuitos de produção, comercialização e consumo, aproximam produtores de consumidores e fortalecem a economia e a cultura locais, em um enfrentamento à desterritorialização e desigualdades de gênero, raça e etnia inerentes ao padrão hegemônico de produção e distribuição agroalimentar.

Essa evolução tem sido acompanhada e apoiada pela construção, com ativa participação das organizações da sociedade civil, de políticas públicas, até agora ancoradas na SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Esta tem promovido o diálogo entre o governo e a sociedade civil implementando um conjunto importante de ações que incluem iniciativas de apoio e fomento ao desenvolvimento da economia solidária nas áreas da educação, assessoramento técnico, incubação, finanças solidárias, redes e cadeias produtivas. Destacam-se também no âmbito da atuação da SENAES o incentivo à Produção, Comercialização Justa e Solidária e Consumo Responsável, hoje articulados no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, e a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, além de mais quinze conselhos estaduais e municipais.



Consideramos fundamental reconhecer que os avanços na Política de Economia Solidária têm sido possíveis, em grande medida, graças à participação ativa das organizações da sociedade civil articuladas em torno desse tema.

Em função da grande importância que tem significado para o conjunto da sociedade, consideramos que a Política Nacional de Economia Solidária deve se consolidar e ser ampliada, e que quaisquer mudanças de rumo e de institucionalidade sejam realizadas de forma participativa, envolvendo ativamente as organizações da sociedade civil que até hoje se empenharam na sua construção, com destaque para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES.

Consideramos ainda fundamental que a SENAES continue comprometida com a agenda do movimento de Economia Solidária no Brasil e, portanto, que os gestores a serem nomeados para lá atuar sejam comprometidos com essa agenda e com a garantia do diálogo com a sociedade civil sobre a criação, execução e aprimoramento das políticas.

Certos de termos nossas preocupações consideradas,

Cordialmente nos despedimos.

Denis Monteiro
Secretário Executivo
Articulação Nacional de Agroecologia